

Operação Desmonte resistirá às pressões

Na reunião do Conselho Político do Governo ficou bem claro que a Operação Desmonte não sofrerá qualquer retrocesso, apesar das pressões. Pelo menos foi o que afirmou o líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Segundo ele, o Presidente não poderá modificar a linha a ser adotada em 1989 para que o País não corra o risco de uma hiperinflação, "o que acontecerá se o Governo não conseguir baixar o déficit público para 2% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano que vem".

A classe política terá que engolir a Operação Desmonte, da mesma maneira que está engolindo o segundo turno de votação da futura Constituição.

De acordo com o líder, não existe outra saída para o presidente Sarney, depois da votação da Reforma Tributária pela Constituinte que, em 1989, diminuirá o orçamento do Governo em 17,6%. "Além disso, ainda existe necessidade de enxugar os gastos do Go-

verno, para que o déficit possa diminuir".

Exemplificando estes cortes, Sant'Anna afirmou que os órgãos que tratam de um mesmo setor, como o Inam, Seac, Cobal, LBA, FAE e Ceasa, tendem a se transformar em um só. "Os custos diminuirão, pois não existirão tantos cargos de confiança e as despesas pertinentes a cada órgão. E, ao mesmo tempo, a atividade não desaparecerá".

Preocupação

Sobre a desestatização, Carlos Sant'Anna garantiu que, em um primeiro momento, o Governo deverá mexer em seis empresas. Quanto ao Departamento de Estradas e Rodagens (DNER), responsável pela construção das estradas federais, o líder disse que o Governo está bastante preocupado, pois acha o órgão importante, mas que não sabe o que fazer, pois a Constituinte retirou do DNER sua única fonte de recursos: o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis.

"E sem esses recursos", explicou o líder, "como é possível construir estradas, já que o pedágio não resolveria o problema? São coisas como esta que a Constituinte deveria ver em segundo turno, mas por conta do atropelo nos trabalhos, não está conseguindo refletir".

O senador Edison Lobão (PFL-MA), que também esteve presente à reunião como 1º vice-líder do PFL, garantiu que o Presidente, apesar das pressões que já está sofrendo em consequência da Operação Desmonte, não poderá modificar o orçamento de 1989. "O que ele vai fazer? Emitir dinheiro e não diminuir o déficit público e ainda correr o risco da hiperinflação?"

Portanto, a linha a ser adotada na Constituinte para a defesa do pacote orçamentário, que chegará ao Congresso no dia 31, pelos líderes do Governo, será a seguinte: o Presidente pode até querer auxiliar Estados e municípios, mas não poderá fazer isto, pois não terá mais dinheiro a menos que queira aumentar, ainda mais, a inflação.